

Um olhar diferente e delicado sobre as mulheres indígenas no período colonial: um ensaio para um ensino abrangente

A different and delicate look at indigenous women in the colonial period: an essay towards inclusive teaching

Una mirada diferente y delicada sobre las mujeres indígenas en el período colonial: un ensayo hacia una enseñanza abarcadora

Ana Clara do Carmo Clemente¹

Resumo

O ensaio que se segue visa analisar os diferentes cotidianos das mulheres indígenas durante o período colonial e como eles foram narrados pela história de forma errada. A partir de uma síntese de diferentes autores como Michelle Perrot, Mary del Priore, Joan Scott, o conceito de dominação masculina e violência simbólica de Pierre Bourdieu e o de escovar o ensino a contrapelo de Walter Benjamin, busca-se problematizar como o ensino da história indígena nas salas de aula pode acabar silenciando, sexualizando e objetificando as mulheres, contribuindo para uma narrativa que dá voz apenas a visão eurocêntrica formada delas, além de excluir diversas de suas ações que foram importantes para o desenvolvimento da sociedade colonial. Com isso, tem-se como objetivo principal quebrar a percepção de que essas mulheres foram apenas figuras passivas na história, exemplificando e nomeando-as, como Damiana da Cunha, por exemplo, e iniciando uma discussão sobre como dar voz para as indígenas em sala de aula através de metodologias alternativas, modificando a narrativa que as sexualiza, diminui e contribui para uma história dos vencedores, fazendo assim com elas se tornem cada vez mais presentes no ensino e ganhem o papel que sempre foi seu, o de importantes figuras históricas presentes na sociedade colonial.

Palavras-Chave: Ensino de história. Brasil colonial. Indígenas.

¹ Graduanda em Licenciatura em História na Universidade Católica de Petrópolis. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Teoria da História e Educação (GEPETHE-UCP).

Abstract

The following essay aims to analyze the different daily lives of indigenous women during the colonial period and how they were narrated by history in the wrong way. Based on a synthesis of different authors such as Michelle Perrot, Mary del Priore, Joan Scott, Pierre Bourdieu's concept of male domination and symbolic violence and Walter Benjamin's teaching against the grain, we seek to problematize how the teaching of indigenous history in classrooms can end up silencing, sexualizing and objectifying women, contributing to a narrative that only gives voice to their Eurocentric vision, in addition to excluding several of their actions that were important for the development of colonial society. With this in mind, the main objective is to break the perception that these women were just passive figures in history, exemplifying and naming them, like Damiana da Cunha, for example, and starting a discussion on how to give a voice to indigenous women in the classroom. classes through alternative methodologies, modifying the narrative that sexualizes them, diminishes them and contributes to a history of winners, thus making them increasingly present in teaching and gaining the role that has always been theirs, that of important historical figures present in colonial society.

Key-words: Teaching of History. Colonial Brazil. Indigenous people.

Resumen

El siguiente ensayo tiene como objetivo analizar las diferentes vidas cotidianas de las mujeres indígenas durante el período colonial y cómo fueron narradas por la historia de manera equivocada. A partir de una síntesis de diferentes autores como Michelle Perrot, Mary del Priore, Joan Scott, el concepto de dominación masculina y violencia simbólica de Pierre Bourdieu y la enseñanza a contracorriente de Walter Benjamin, buscamos problematizar cómo puede terminar la enseñanza de la historia indígena en las aulas. hasta silenciar, sexualizar y cosificar a las mujeres, contribuyendo a una narrativa que sólo da voz a su visión eurocéntrica, además de excluir varias de sus acciones que fueron importantes para el desarrollo de la sociedad colonial. Con esto, el principal objetivo es romper la percepción de que estas mujeres fueron sólo figuras pasivas en la historia, ejemplificándolas y nombrándolas, como Damiana da Cunha, por ejemplo, e iniciando una discusión sobre cómo darle voz a las mujeres indígenas en las aulas a través de metodologías alternativas, modificando la narrativa que los sexualiza, los menosprecia y contribuye a una historia de vencedores, haciéndolos cada vez más presentes en la enseñanza y ganando el papel que siempre les ha correspondido, el de importantes personajes históricos presentes en la sociedad colonial.

Palabras-Clave: Enseñanza de la historia. Brasil colonial. Indígena.

INTRODUÇÃO

As salas de aula são compostas por docentes, na maioria, mulheres. Segundo dados do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) “No ensino fundamental (1º ao 9º ano), as mulheres são 77,5% dos 1,4 milhão de docentes e, no médio, elas representam 57,5% do total de 545.974” (Brasil, 2023). Quando se trata de ensino de história, esse número também é grande. Porém, ao decorrer do ensino, boa parte dessas mulheres não conseguem falar sobre como o seu gênero viveu, lutou e sofreu de forma abrangente e condizente com a história. Segundo a historiadora Mary del Priore:

A história das mulheres não é só delas, é também aquela da família, da criança, do trabalho, da mídia, da literatura. É a história do seu corpo, da sua sexualidade, da violência que sofreram e que praticaram, da sua loucura, dos seus amores e dos seus sentimentos. (PRIORE, 2004, p. 7)

A partir desse pequeno trecho, pode-se pensar se a multiplicidade de papeis que mulheres tiveram são de fato compreendidos como deveriam, se suas lutas, aspirações, derrotas, construções e ações consideradas boas ou más são enxergadas, criticadas e divulgadas, ou se há apenas uma visão da mulher como um sujeito passivo. Para além disso, é importante também se pensar como esse discurso chega no ensino de história. Na obra citada anteriormente, há um foco na participação das mulheres na história do Brasil, analisando diferentes cotidianos, movimentos e ações que fizeram parte da construção e desenvolvimento do país. Esses cotidianos acabavam se entrelaçando de alguma forma em todos os períodos, e durante o colonial brasileiro não poderia ser diferente, pois, por trás das vozes silenciadas das indígenas, das africanas escravizadas e até das nobres portuguesas, tratadas com objetificação e violência, havia uma busca por liberdade.

A partir do encontro do Brasil pelos portugueses em 1500, se dá início uma enorme interação e coexistência de costumes, crenças, culturas etc. no mesmo local.

Ao longo das praias brasileiras de 1500, se defrontaram, pasmos de se verem uns aos outros tal qual eram, a selvageria e a civilização. Suas concepções, não só diferentes mas opostas, do mundo, da vida, da morte, do amor, se chocaram cruamente. Os navegantes, barbudos, hirsutos, fedentos de meses de navegação oceânica, escalavrados de feridas do escorbuto, olhavam, em espanto, o que parecia ser a

inocência e a beleza encarnadas. Os índios, vestidos da nudez emplumada, esplêndidos de vigor e de beleza, tapando as ventas contra a pestilência, viam, ainda mais pasmos, aqueles seres que saíam do mar. Para os que chegavam, o mundo em que entravam era a arena dos seus ganhos, em ouros e glórias, ainda que estas fossem principalmente espirituais, ou parecessem ser, como ocorria com os missionários. (RIBEIRO, 1995, p. 44).

Ao mesmo tempo, também se dá início as diversas interações de mulheres com os portugueses, algumas delas não por vontade própria, mas sim obrigadas, funcionando como um objeto sexual ou moeda de troca, o que em alguns casos gerou resistências e movimentações femininas buscando por sua liberdade. Portanto, a mulher indígena do período colonial deveria, segundo a sociedade colonial patriarcal, servir ao homem português e ser um objeto sexual para eles, os satisfazendo. Porém elas não somente obedeceram ao que era imposto nesse período ou foram apenas vítimas, inocentes, meio de reprodução, passivas e submissas. Tivemos formas de resistência e a presença delas em diversas atividades que mesmo minimamente, foram importantes para o desenvolvimento do Brasil colonial, assuntos que assim como outros que englobam a História das Mulheres, geralmente estão ausentes dos livros didáticos.

Segundo o pensador Walter Benjamin, “escovar a história a contrapelo” seria uma forma de se ter um discurso mais amplo e diverso no ensino de história, buscando novas interpretações, superando, assim, também a Educação Histórica conservadora (RICON, 2020).

Escovar a história a contrapelo, como metodologia também para o ensino de História, significa uma possibilidade de análise que proporciona uma forma de olhar o mundo histórico a partir do ponto de vista dos excluídos, dos subalternizados, recusando-se, portanto, a apoiar-se na tradição dos vencedores. Entretanto, certas indagações podem surgir como: em que medida a história ensinada colabora com a perpetuação da história dos vencedores apagando as possibilidades dos vencidos? (RICON, 2021, p. 2).

Paralelo a discussão sobre a história das mulheres indígenas, esse conceito é fundamental para se discutir a inserção de um ensino que valorize e dê voz a este grupo feminino silenciado durante a colonização do Brasil, buscando uma reinterpretação nas salas de aula, e, conseqüentemente, na sociedade, além de também uma associação dessas medidas tomadas no período citado e suas reverberações na atualidade.

DIFERENTES NARRATIVAS SOBRE AS INDÍGENAS A PARTIR DE 1500

Ao chegarem ao Brasil, os europeus logo se depararam com uma realidade totalmente diferente das suas. Grande parte dos documentos da época vem dos viajantes europeus, portanto, possibilitam uma visão eurocêntrica. Segundo Mary del Priore:

Veremos como as descrições da mulher índia sofreram influências da tradição religiosa ocidental, como os colonizadores descreveram os nativos de acordo com os paradigmas teológicos cristãos, observando o Novo Mundo segundo padrões e valores muito distantes da realidade americana. (PRIORE, 2004, p. 12)

Portanto, os primeiros relatos que temos das mulheres no Brasil não condizem totalmente com a multiplicidade de papéis que elas tiveram na realidade de suas comunidades, e quando se tem a presença de outras mulheres no país, sejam escravas ou brancas europeias, esse estereótipo continuou perpetuado, gerando reverberações até a atualidade, seja na sociedade ou no ensino, coisa que pode ser discutida e alterada de algumas formas.

Também sempre vi na dominação masculina, e no modo como é imposta e vivenciada, o exemplo por excelência desta submissão paradoxal, resultante daquilo que eu chamo de violência simbólica, violência suave, insensível, invisível a suas próprias vítimas. (BOURDIEU, 2002, p.7)

Essa definição de violência simbólica na dominação masculina, serve como paralelo para este acontecimento, onde o poder das narrativas masculinas se sobressaiu por conta da sociedade patriarcal, fazendo com que pensamentos e falas que não condizem com a realidade feminina fossem levados como verdade, criando um padrão de pensamentos patriarcais.

Anterior à chegada dos portugueses no Brasil, as mulheres indígenas já eram vistas como inferiores dentro de suas tribos mesmo tendo outros papéis na sociedade que viviam, essa visão de inferioridade se acentua muito mais a partir de 1500. Assim que os europeus entram em contato com as nativas, elas se tornam um objeto sexual para eles e se iniciam formas muito diferente de relações em comparação com as europeias, que primeiramente contavam com o cortejo, mas eram tratadas como inferiores e incapazes da mesma forma. Pode-se perceber que devido a seus diferentes modos de se vestir, de se comportar e de viver, que elas foram consideradas um objeto

para os portugueses, que estavam longe de casa e as viam como uma possível “distração”.

“Representar os índios como bárbaros (seres inferiores, quase animais) ou demoníacos (súditos oprimidos do príncipe das trevas) era uma forma de legitimar a conquista da América” (PRIORE, 2004, p.12) e “os governantes emergentes legitimaram a dominação, a força, a autoridade central e o poder dominante como masculinos (os inimigos, os forasteiros, os subversivos) e a fraqueza como femininos” (SCOTT, 1995, p. 91), são duas citações que sintetizam a realidade patriarcal e eurocêntrica colonial, ou seja, além de os portugueses utilizarem do cristianismo e de seus interesses com as terras brasileiras para justificar suas narrativas que funcionavam como uma opressão aos indígenas, perpetuou-se a visão de inferioridade e fraqueza da mulher, havendo um discurso de dominação de gênero, dando voz apenas aos homens brancos europeus e jesuítas, considerados os “Donos do Poder” (FAORO, 2001). Porém, não foi apenas esse o papel dessas mulheres, elas nunca foram apenas um objeto sexual e reprodutor ou moeda de troca, elas exerceram papéis que de alguma forma contribuíram para a sociedade colonial.

Essas outras atividades variam entre serem intérpretes, importante função que ajudava a negociação de conflitos entre indígenas e autoridades portuguesas, estarem a frente de rituais religiosos nas tribos indígenas, conhecimentos medicinais, contribuírem na agricultura e administração etc., tais ações não possibilitavam uma posição de privilégio para as indígenas ou garantia de que não iriam sofrer violência, mas mostram outro lado de se analisar essas mulheres e os seus vastos conhecimentos.

Quando José de Almeida Vasconcelos, governador de Goiás entre 1772 e 1778, enviou uma expedição para atrair os carajás, em 1775, um dos componentes do grupo era uma índia intérprete, chamada Xuanam-Piá. Anos mais tarde, em 1780, a expedição enviada pelo governador D. Luís da Cunha, que iniciou as “negociações” que culminaram no estabelecimento dos caiapós em aldeamentos, também contava com duas caiapós intérpretes. (JULIO, 2015, p. 4).

Outra fonte também possibilita uma visualização diferente:

As mulheres ocupavam uma posição de destaque, exercendo funções que supostamente seriam reservadas aos homens, valentes guerreiros. Nesse sentido, causam estranheza as imagens pictóricas sobre o canibalismo produzidas nos séculos XVI e XVII, pois contrariam a predominância masculina no comando das guerras e da vingança. (PRIORE, 2004, p. 30)

E:

Muitas índias serviram como domésticas na casa de colonos. Várias delas se tornaram concubinas e há registros de índias que chefiavam sua própria casa, onde moravam com seus filhos e até mesmo com seus escravos. (KARASCH apud JULIO, 2015, p. 9)

Outras pesquisas são capazes de nos dar nomes de indígenas que viveram no período colonial e tiveram diferentes atividades, como, por exemplo, Damiana da Cunha, nascida por volta de 1779, era neta de um cacique e afilhada do governador de Goiás, sendo assim, tinha ações dentro de ambos os grupos sociais que transitava. Foi considerada uma figura política de liderança em Goiás e teve papel fundamental como intérprete e mediadora entre a política de aldeamento e os caiapós, além de ser mestra, missionária e comandar expedições. De certa forma, colaborou com atitudes dos colonizadores ao catequizar indígenas, mas, ao mesmo tempo, ajudou caiapós a sobreviverem em diferentes conflitos. Dentro da sala de aula, além de exemplo de figura feminina da época, seu nome pode ser citado para falar sobre como os conflitos que indígenas estavam tendo propiciaram perdas de seus territórios. Outro nome é o de Clara Camarão. Seu principal papel no período colonial foi como guerreira durante a invasão dos holandeses ao Nordeste. Com táticas muito boas de arco e flecha, junto com seu marido, combateu os holandeses. Após isso, seu marido ganha título de honra e ela não. Além da exclusão desta figura apenas por ser mulher e demonstração de como existia uma relação desigual de poder dentro das relações de gênero, seu nome pode ser utilizado em sala para falar sobre as invasões holandesas e o papel desse acontecimento na sociedade colonial. Por último, Catarina Paraguaçu. A tupinambá também teve um papel importante com ações em guerra, principalmente após seu marido Caramuru ser preso. Além disso, criou igrejas, foi líder de seu povo e considerou o trânsito de europeus com indígenas a única forma de preservar seu povo. Em sala, pode-se utilizar seu nome para falar sobre o início do desenvolvimento de Salvador e do Brasil.

Dar voz a essas personagens citadas nas aulas de história seria um passo muito importante para o início de um ensino que valoriza mais a história das mulheres indígenas e não cumpre o estereótipo de gênero da sociedade colonial (mãe, dona de casa, submissa ao marido). E até mesmo as mulheres que seguiam o ideal patriarcal, merecem reconhecimento pois de certa forma ajudaram na construção da sociedade

brasileira. Essa nova forma de enxergar as indígenas mostra como elas foram personagens que de fato contribuíram para o desenvolvimento do país durante a colonização, sendo líderes de comunidades, administradoras, proprietárias, intérpretes etc., e que elas não foram apenas sujeitos passivos da história, buscando também mudanças nas permanências e rupturas na sociedade atual para com os conceitos que continuam sexualizando e objetificando as mulheres.

O ENSINO DE HISTÓRIA COMO VOZ PARA OS SUBALTERNIZADOS: PROPOSTAS E DIFICULDADES

O europeu saltava em terra escorregando em índia nua; os próprios padres da Companhia precisavam descer com cuidado, senão atolavam o pé em carne. Muitos clérigos, dos outros, deixaram-se contaminar pela devassidão. As mulheres eram as primeiras a se entregarem aos brancos, as mais ardentes indo esfregar-se nas pernas desses que supunham deuses. Davam-se ao europeu por um pente ou um caco de espelho. (FREYRE, 2003, p. 161)

A partir dessa passagem do livro *Casa Grande e Senzala*, obra com análises extremamente importantes sobre o período colonial, mas que acaba contribuindo para essa visão errônea da mulher indígena, percebemos como dentro da historiografia existem estereótipos que acabam perpetuando esse pensamento dessas mulheres como símbolo sexual, quando, na verdade, elas tiveram ações muito mais complexas dentro da sociedade e mesmo sem poder de fato assumir certos espaços, algumas ações de liderança e resistência são muito mais validas se serem divulgadas e discutidas do que apenas a “vida sexual” e as violências sofridas por elas. Essa perpetuação de pensamento acaba indo para os livros didáticos e salas de aula, o que dá uma continuidade na visão errada da mulher indígena.

Como visto, a própria historiografia em alguns momentos acabou contribuindo para um olhar sexualizado e objetificado da mulher indígena. A partir do objetivo principal deste ensaio – dar voz as mulheres indígenas, pode-se pensar formas de incluir o assunto nas aulas de história, começando por discutir esse outro lado das mulheres indígenas e disponibilizando exemplos das mulheres que lutaram, trabalharam e contribuíram para o Brasil daquela época, mas que não ganharam voz o suficiente. Além disso, outras fontes podem ser utilizadas para complementar a metodologia das aulas, como, por exemplo, cartas e pinturas da época, que raramente foram produzidas por mulheres e indígenas por conta da opressão que sofriam, mas mesmo pela visão

masculina e eurocêntrica, servem para serem contrariadas e mostrar como as indígenas estavam inseridas nos diferentes ambientes pelos relatos.

Por outro lado, a educação brasileira nem sempre se mostra fácil de incluir atividades diversas em sala. No país, existem realidades extremamente diferentes que acabam dificultando aulas com temáticas que abordam outras partes da história, seja pela desvalorização da profissão, tempos de aula muito curtos, desinteresse geral, entre outros motivos, serão empecilhos que podem ser encontrados no caminho. Com isso, cria-se um ensino de história generalizante, que se importa apenas com fatos e linearidades. O que acaba criando um ciclo, pois, se há um desinteresse geral, novos métodos não serão criados para as aulas, com isso, o desinteresse aumenta, e assim o ensino de história não é visto como experiência ou algo importante para a sociedade.

O ensino de história ainda se pautava na memorização – o que ainda ocorre, em certa medida na educação e, profundamente, na sociedade, o que pode ser reparado nos inquéritos factuais feitos a professores e a alunos de história por indivíduos que reduzem o ofício histórico ao conhecimento de determinadas datas, personagens ou linearidades causais de eventos. (RICON, 2021, p. 4).

Também:

A título de exemplo, podemos lembrar que no Programa Nacional do Livro Didático, de 2015, todos os livros aprovados para o Ensino Médio seguiam essa divisão. No PNLD de 2017, para o Ensino Fundamental, acontece o mesmo fenômeno: a linearidade narrativa. Com essa linearidade que proíbe a ruptura, o ‘novo’ desaparece e o ensino de história se afasta da narrativa da experiência, aproximando-se da informação indiferente. Afinal, apenas com as descontinuidades e saltos é possível uma história crítica, já que apenas assim é possível desestabilizar o presente, jogando-o contra ele mesmo. (Idem, p. 5).

A BNCC (Banco Nacional Comum Curricular) também cita em seus objetivos as populações indígenas em habilidades como: “(EF07HI09) Analisar os diferentes impactos da conquista europeia da América para as populações ameríndias e identificar as formas de resistência” (Brasil, 2018, p. 425). Porém pode-se perceber a permanência de um discurso com marcas do eurocentrismo, necessitando de adaptações para diversos temas, como por exemplo a questão feminina retratada neste ensaio.

Por muito tempo o ensino de história focava apenas em uma distribuição conteudista, sem focar nas diferentes representações possíveis, sem de fato se importar com o contexto que aquela aula poderia ter em sala, buscando apenas que os alunos

copiassem o que estava no quadro e ficassem sentados ouvindo o que o professor reproduz. Essa maneira de “ensinar” também contribui na construção de um olhar rápido pelas vozes silenciadas, um olhar que favorece as elites e os vencedores. Também é muito importante que o ensino de história pense nas reverberações desses acontecimentos no presente e traga discussões que acabaram gerando consequências na realidade dos próprios alunos até a atualidade, os incluindo no processo.

A não existência de um incentivo para se tratar de outros tópicos que abrangem mais a comunidade indígena no ensino de história compactua para uma história que não só contribui com as narrativas dos vencedores, mas que também trata os indígenas como sendo sujeitos que apenas começam a viver após a chegada dos portugueses no Brasil, quando, na verdade, eles já tinham seus hábitos e organizações sociais antes de 1500. No caso das mulheres, contribuindo apenas com uma visão rápida e errônea da figura feminina indígena.

Seguindo a ideia de se escovar o ensino a contrapelo proposta por Walter Benjamin, teríamos um ensino com mais representatividade, novas narrativas e que contribuiria para outras discussões que são importantes em sala, dando voz para os que foram vencidos e mudando o discurso opressor. Porém, é uma atividade difícil, com modificações que devem ser feitas nas raízes da educação, algo que para se uniformizar, mostra-se difícil, mas com possíveis pontapés iniciais, pode vir a se tornar algo concreto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da chegada dos portugueses em 1500, se inicia um grande trânsito cultural, algo que, para as mulheres indígenas, torna-se um marco não apenas pela mudança em seus hábitos e cultura, mas na mudança do conceito de gênero. Anterior a 1500, elas eram consideradas inferiores e sofriam apenas por serem mulheres, mas isso tem um grande aumento a partir da chegada dos portugueses, que as utilizaram como objetos, instituindo um ideal de sexualização da mulher indígena que permanece até os dias de hoje em diferentes contextos. Porém, como mostrado, elas nunca foram apenas isso. Temos diferentes exemplos que mostram papéis que as indígenas tiveram como líderes, intérpretes e guerreiras, como Damiana da Cunha, Clara Camarão e Catarina Paraguaçu, deixando visível uma multiplicidade de ações que permanece até a atualidade em figuras como, por exemplo, Sonia Guajajara.

Dentro da historiografia, em algumas publicações também se alimentou esse conceito de objetificar as indígenas, algo que acabou reverberando para as salas de aula, portanto, quando se fala nessas mulheres, logo se pensa no estupro ou nelas como seres passivos, submissos e inferiores, ou seja, um olhar raso silenciador das indígenas que é construído desde a sociedade colonial e tem permanências na atualidade.

Uma das maiores dificuldades do ensino de história, pode vir a ser a adaptação das aulas para começar um ensino que crie uma narrativa que favorece os vencidos e calados. A partir de livros didáticos, currículos e amarrações exigidas, o ensino fica mais cansativo e com dificuldade de criar métodos, portanto, há um longo caminho a ser percorrido para conseguir um ensino de história abrangente.

Segundo Michelle Perrot “No teatro da memória, as mulheres são sombras tênues” (1989, p. 9), sendo assim, a narrativa histórica que é construída não dá espaço suficiente para debates e discussões sobre a história das mulheres. Portanto, busca-se modificações na pesquisa e no ensino de história que possibilitam transformar as mulheres indígenas em sujeitos históricos, tirando o protagonismo inteiramente masculino e dominações de gênero, mostrando ações indígenas femininas que influenciaram a sociedade colonial e reverberam até o presente, pois, segundo a historiadora Joan Scott: “O discurso histórico, por exemplo, quando nega visibilidade às mulheres perpetua também sua subordinação e sua imagem de receptora passiva da ação dos demais sujeitos da História” (1994, p. 50), algo que definitivamente elas não foram.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Professoras são 79% da docência de educação básica no Brasil. Brasília: MEC, 2023. Disponível em:

<https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/institucional/professoras-sao-79-da-docencia-de-educacao-basica-no-brasil>. Acesso em: 2 nov. 2023.

CAPUCHO, Taís Cristina Jacinto Pinheiro. Pregadoras e guerreiras invisíveis: mulheres indígenas e a colonização do Brasil. **Revista Ars Historica**, Rio de Janeiro, ISSN 2178-244X, pp. 1-17, v. 18, Jan/Jun 2019. Disponível em:

<https://revistas.ufrj.br/index.php/ars/issue/view/1783/showToc>. Acesso em: 5 nov. 2023

- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 3ª edição. Globo, 2001.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48ª edição. Recife: Global editora, 2003.
- JULIO, Suelen Siqueira. **Damiana da Cunha**: uma índia entre a “sombra da cruz” e os caiapós do sertão (Goiás, c.1780-1831). Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2015. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/1948.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2023
- JULIO, Suelen Siqueira. Mulheres indígenas na América Latina Colonial. XXVIII Simpósio Nacional de História. ANPUH NACIONAL, 2015. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548945016_ea48371813f4d3b7c43adc5b226f0131.pdf Acesso em: 07 nov. 2023
- PERROT, Michelle. Práticas da Memória Feminina **Revista Brasileira de História**, v. 9, nº 18, p. 9-18. São Paulo, Ago-Set 1989.
- PRIORE, Mary Del. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.
- RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. 2ª edição. São Paulo: Companhia das letras, 1995
- RICON, L. C. C. História e Ensino: um ensaio a contrapelo. **Boletim do Tempo Presente**, v. 10, p. 1-9, 2021.
- RICON, L. C. C. Das Filosofias Positivistas da História à Educação Histórica Conservadora: Comte, Buckle e Durkheim. **REVISTA VIRTUAL EN_FIL - ENCONTROS COM A FILOSOFIA**, v. 8, p. 79-92, 2020.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 20, n. 2, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 8 nov. 2023.
- SIQUEIRA, T. L. JOAN SCOTT E O PAPEL DA HISTÓRIA NA CONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO. **Revista Ártemis**, [S. l.], n. 8, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/2310>. Acesso em: 11 nov. 2023.